

A VIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA OU DE ACOLHIMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO: UM ESTUDO SOBRE A SUBJETIVIDADE

Natasha Fischer Morelli (IC) e Flávia Blikstein (Orientadora)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

No cenário brasileiro, mais especificamente paulistano, há milhares de pessoas em situação de rua. A cada ano, observamos o aumento do número de pessoas nesta condição. Os dados do último Censo (2015) apontam para a existência de 15.905 moradores de rua na cidade de São Paulo, considerando também os usuários de instituições de acolhimento. Quando essas pessoas somam à condição de rua o fato de serem mulheres, enfrentam situação de maior vulnerabilidade, em decorrência ao machismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Assim, o presente estudo propõe-se a investigar sobre a vivência de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. A partir da abordagem qualitativa, o estudo utilizou-se de grupo focal, como instrumento de coleta de informações. A interpretação do material foi realizada por meio de Análise de Conteúdo. A partir disso, pudemos identificar três categorias temáticas presentes nos discursos das participantes: filhos, discriminação e dificuldades enfrentadas na instituição. A partir da análise das categorias, pudemos observar as principais dificuldades e sofrimento ético-político, causados pela situação de exclusão social, além do descontentamento em relação às políticas públicas e serviços voltados para esta população. Os resultados da pesquisa apontam para a importância do desenvolvimento de novas práticas de atenção às mulheres em situação de rua que considerem a peculiaridade e complexidade deste grupo.

Palavras-chave: Mulheres. Situação de rua. Políticas Públicas

ABSTRACT

Nowadays, in the Brazil reality, specifically in São Paulo city, there are thousands of homeless people. Each year, we can see the increase of this number. At last count (2015), the current homeless population of São Paulo was 15.905, including those whom use the States host-service. But when the fact of being a woman is added to the street situation, they become more vulnerable; because of the structural sexism that is currently present in Brazil. Therefore, this scientific research points to the investigation about the street women's livingness in São Paulo city. It is a qualitative study and, to receive the women reports, the focal group method was used. We used the Content Analysis to interpret the information received. From this method, three themes that women talked about were identified: their

children, discrimination and the difficulties that they have to tackle being part of an institution. As of the themes' analysis, we could observe the main difficulties and ethical-political sufferings, due to the social exclusion situation, in addition to the dissatisfaction about the public policies and the States services for these part of the Brazilian population. The research results indicate the importance of developing new measures aimed at street women, considering the complexity of these people.

Keywords: Women; Street Situation; Public Policies

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar sobre a vivência de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. Pretendeu-se, a partir deste estudo, compreender as dificuldades enfrentadas por esta população e reconhecer as principais estratégias de superação de questões específicas ao universo feminino no contexto da rua.

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua¹, considera-se população de rua:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

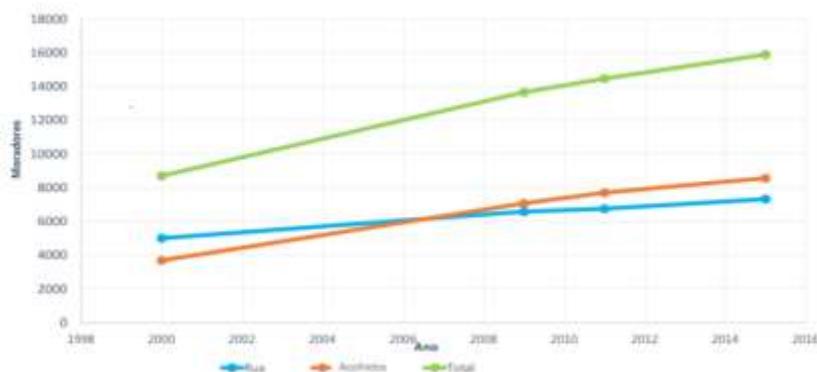
No cenário brasileiro e, mais especificamente paulistano, há milhares de pessoas em situação de rua e, a cada ano, observamos o aumento do número de sujeitos nesta condição. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no ano de 2015, foram registradas 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil, concentradas, principalmente, em municípios de grande porte (Ipea, 2016).

Em relação ao município de São Paulo, os dados do último Censo (2015), apontam para a existência de 15.905 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, considerando também os sujeitos vivendo em instituições de acolhimento institucional.

Além deste dado, o estudo demonstra um aumento significativo desta população que, em 2000, registrava a existência de 8.706 pessoas em situação de rua no município. O Gráfico 1 demonstra os dados encontrados sobre o progressivo aumento de sujeitos nesta condição.

¹ DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

Gráfico 1- Evolução do número de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, 2000 a 2015



Fonte: Censo Pop Rua FIPE/SMADS, 2000-2015

O processo migratório, somado à industrialização, à urbanização e ao êxodo rural, resultou no aumento da procura por empregos e no crescimento da densidade populacional dos centros urbanos. O município de São Paulo recebeu um grande contingente de pessoas em busca de melhores condições de vida, muito embora não fosse capaz de proporcionar a todos uma situação de empregabilidade. Exemplo disso pode ser observado em dados recentes publicados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego², que apontam que a taxa de desemprego do município de São Paulo no mês de dezembro de 2017 foi de 16,9% da População Economicamente Ativa.

Em paralelo a isso, podemos observar em todo o contexto nacional, a existência de desigualdade social, agravada pelo preconceito, pela discriminação e pela falta de oportunidades. Tais aspectos contribuem de maneira significativa para o número volumoso de pessoas em situação de rua. Conforme destacam Hino, Santos e Rosa (2018), a população em situação de rua “engloba pessoas excluídas das estruturas convencionais da sociedade, que possuem menos que o necessário para atender às necessidades básicas do ser humano” (HINO, SANTOS e ROSA, 2018, p. 733).

Assim sendo, o contexto econômico demonstra ser um fator importante, que incide sobre o aumento da parcela de sujeitos vivendo em situação de rua. Este fato é corroborado por Balieiro, Soares e Vieira ao descreverem que “a população de rua cresce principalmente nos períodos de recessão econômica” (BALIEIRO, SOARES e VIEIRA, p. 336, 2018).

A ocorrência de sujeito em situação de rua, entretanto, não é motivada, unicamente, por questões de ordem econômica. Pudemos observar outros fatores responsáveis pelo encaminhamento de pessoas à situação de rua, tais como: doenças mentais, abandono ou quebra de vínculo familiar e uso de substâncias psicoativas como álcool e outras drogas. Vale destacar que, nestes casos, a escassez de políticas públicas contribui para o agravamento deste cenário (LOPES, 2006). Além destes motivos, estudos apontam para

² Pesquisa desenvolvida pela Fundação Municipal (Seade).

uma parcela menos expressiva de sujeitos que se encontram em situação de rua em decorrência de uma escolha pessoal (ZANELA, SCICALI; BALIEIRO, SOARES, VIEIRA; HINO, SANTOS. ROSA, 2018).

Os fatores desencadeadores do encaminhamento de sujeitos à situação de rua foram também abordados pela Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua. De acordo com o estudo, o uso abusivo de álcool e outras drogas aparece como motivação mais recorrente, registrada em 35,5% dos casos; seguida pela situação de desemprego, observada em 29,8% dos casos; e pela ocorrência de conflitos familiares, encontrada em 29,1% dos casos. Vale destacar que, ainda segundo o estudo, 71,3% dos sujeitos entrevistados “citaram pelo menos um desses três motivos, muitas vezes de forma correlacionada, indicando uma relação causal entre eles” (BRASIL, 2009, p.87).

Além da diversidade de razões que resultam na aderência dos sujeitos à situação de rua, o referido estudo aponta para variedade em relação às características sociodemográficas e econômicas desta população. De acordo com Hino, Santos e Rosa (2018), “há pouca homogeneidade nesse grupo, visto que as principais diferenças entre os seus componentes se dão em função de trajetórias de vida, tempo de permanência na rua, estratégias de sobrevivência adotadas, relações de gênero e dinâmicas do próprio território habitado” (HINO, SANTOS e ROSA, 2018, p. 733). Desta forma, como bem salienta Balieiro, Soares e Vieira (2018), “não existe apenas uma caracterização da população em situação de rua, mas sim populações, com diferentes características” (BALIEIRO, SOARES e VIEIRA, 2018, p. 334).

Assim sendo, a existência de sujeitos que vivem em situação de rua deve ser entendida como um fenômeno social complexo e multideterminado. Por conseguinte, o crescimento desta população aponta para a necessidade de realização de pesquisas acadêmicas e desenvolvimento de políticas públicas que tomem a população em situação de rua como objeto de investigação e intervenção, visto que sua invisibilidade impossibilita a garantia de seus direitos (BRASIL, 2014).

A importância da realização de pesquisas como instrumento para subsidiar a criação e a efetivação de políticas públicas destinadas a assistência desta população é corroborada por Paiva et al (2015) que destacam: “Conhecer os que vivem nas ruas, identificar suas necessidades sociais e a complexidade de seu processo saúde-doença, assim como os motivos que os levaram às ruas é condição *sine qua non* para a construção de um modelo de atenção universal, equânime e integral.” (PAIVA et al, 2015, p. 2.593).

Desta forma, demonstra-se fundamental o desenvolvimento de estudos que contemplem as características e as condições de vida e de morar da população em situação

de rua. Isto posto, a presente pesquisa tem como objeto de estudo uma parcela desta população que compreende as mulheres que vivem a situação de rua no município de São Paulo. Pretendemos, neste trabalho, investigar sobre as principais dificuldades enfrentadas por este público e sobre as estratégias de superação desenvolvidas, pois, conforme exposto, o levantamento de informações pode contribuir para a construção de novas políticas públicas e desenvolvimento de práticas neste campo.

A escolha do grupo de mulheres em situação de rua como nosso objeto de estudo se justifica ao considerarmos que questões relativas ao gênero incutem no aumento da vulnerabilidade social. Assim sendo, podemos observar que as mulheres enfrentam dificuldades específicas na vivência em situação de rua em comparação ao público masculino.

O machismo estrutural e o sexismo, observados no contexto social brasileiro, podem ser apontados como fatores responsáveis pelo agravamento da situação de vulnerabilidade e exposição a riscos de vida das mulheres em situação de rua. Estudos apontam que as mulheres, com maior incidência do que os homens, procuram instituições de acolhimento, apesar de serem insatisfatórias (pela rigidez, pela falta de privacidade e por brigas entre as usuárias), em decorrência a fatores como: violência física, abuso sexual e dificuldade de higienização e repouso (BISCOTTO; JESUS; SILVA; OLIVEIRA; MERIGHI, 2016).

De acordo com Varanda (2004), as mulheres em situação de rua enfrentam dificuldades relacionadas ao uso de álcool e à prática sexual. Segundo a autora, muitas mulheres não conseguem se defender quando são forçadas a praticar sexo, outras usam a bebida ou assumem comportamentos agressivos para se defender. O uso da bebida, entretanto, pode deixá-las ainda mais vulneráveis (VARANDA; ADORNO, 2004, p.66).

Além disso, podemos observar diferenças em relação aos modos e locais de busca por auxílio e moradia no universo de mulheres em situação de rua. Algumas, devido ao uso de substâncias psicoativas, moram em regiões conhecidas como “crackolândias”; outras procuram pernoitar nos albergues; e há ainda aquelas que optam por morar nas ruas. As mulheres que fazem uso problemático de substâncias psicoativas, de acordo com Rosa e Brêtas (2015), podem ser consideradas como o grupo em situação de rua expostas a maiores riscos em relação a sua integridade física, pois, além de fisicamente estarem mais vulneráveis, por estar nas ruas e sob efeito de drogas, elas procuram, de maneiras lícitas e ilícitas, conseguir renda para suprir a necessidade de consumo de drogas. Assim sendo, estão o tempo todo em contato com a prostituição, precisam disputar território, são negligentes com a própria saúde e higiene, e algumas se envolvem no tráfico de drogas (ROSA; BRÊTAS, 2015).

Ademais, a presente pesquisa constatou haver particularidades em relação aos motivos de moradia na rua deste público. Conforme relatam Rosa e Brêtas (2015), podemos, no caso das mulheres, destacar como principais a violência doméstica e a falta de renda e de apoio emocional e material.

A ocorrência de mulheres submetidas à situação de violência doméstica demonstra-se como fenômeno recorrente no contexto brasileiro. De acordo com dados publicados pelo governo federal, em 2016, a Central de Atendimento à Mulher registrou 1.133.345 casos de denúncias de violência doméstica³. Segundo o levantamento Relógio da Violência, realizado pelo Instituto Maria da Penha, podemos considerar que, atualmente, a cada dois segundos, uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil.

Além disso, os dados publicados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo descrevem que, em 2017, foram registradas 1.020 ocorrências contra a dignidade sexual da população de mulheres.

As informações divulgadas sobre o município de São Paulo, na publicação Mapa da Violência, que levantou informações durante os anos de 2009 a 2013, apontam que o município se encontra na 1.156ª posição no ranking de cidades do Brasil com maior quantidade de registros de homicídios de mulheres, com o total de 769 homicídios nesses cinco anos. Assim, vemos a significativa incidência de mulheres submetidas a violência doméstica. Este dado deve ser considerado, pois, diferentemente da população masculina, é um fator desencadeador para a vivência em situação de rua.

Isto posto, os dados apresentados evidenciam que a população de mulheres em situação de rua apresenta especificidades em relação a suas características, aos fatores que motivaram a ida às ruas e a vivência e dificuldades enfrentadas nesta situação. Desta forma, ressalta-se a importância de realização de pesquisas que envolvam o universo de mulheres em situação de rua, a fim de contribuir para elucidação e informação sobre este público e para a construção de novas práticas e políticas públicas para esta população. Visto que, como bem salientam Paiva et al. (2015), as intervenções do Estado sobre a população de rua devem ser desenhadas, levando em conta “como ela se constitui e as formas de sobrevivência ali desenvolvidas” (PAIVA et al, 2015, p. 2.596).

À vista disso, a presente pesquisa assume como objetivo investigar sobre a vivência de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. Para tanto, pretende-se quantificar e caracterizar o universo de mulheres em situação de rua no município e identificar as principais dificuldades vividas por estes indivíduos, as estratégias de superação e enfrentamento do sofrimento ético-político. Com isso, o estudo intenta divulgar dados que

³ tipificadas pela lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006).

subsidiem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua e, além disso, contribuir para a formulação de novas práticas dentro do campo da psicologia neste contexto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A exclusão social pode ser compreendida como um fenômeno mundial recorrente, ocasionado em consequência ao desenvolvimento do capitalismo e funcionamento da doutrina neoliberal. Neste contexto, podemos observar como bem salientam Paiva et al (2016), “um número cada vez maior de pessoas excluídas dos direitos sociais básicos, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança e outros, e até mesmo dos direitos humanos, com alguns grupos relegados à invisibilidade” (PAIVA et al, 2015, p. 2.596).

O presente estudo estrutura-se a partir do pressuposto de que a situação de exclusão social, além de acarretar violações de direitos, incide sobre a subjetividade dos indivíduos submetidos a esta realidade, inculcando-lhes sofrimento.

Sawaia (1995) classifica como “sofrimento ético-político” o sofrimento em comum, experienciado por um grupo de pessoas excluídas socialmente por um mesmo motivo. De acordo com a autora, o sofrimento ético-político deve ser entendido como a vivência de questões sociais e como as pessoas se relacionam entre si considerando seus desejos e afetos. O sofrimento está relacionado a injustiças sociais e pode ser sentido como dor por aqueles que estão às margens da sociedade, excluídos socialmente e submetidos à opressão.

O impacto da vivência da exclusão social sobre a subjetividade foi também evidenciado pelo estudo de Moura (1998). Segundo o autor, a submissão dos sujeitos à desigualdade política, social e econômica pode resultar na experiência de uma modalidade de angústia, denominada humilhação social.

A humilhação social deve ser compreendida como um fenômeno histórico e intersubjetivo, que se estabelece em diversas gerações, a partir de uma situação de exclusão recorrente. Assim sendo, trata-se de um fenômeno estabelecido por meio da relação entre humanos, pertencentes à mesma cultura e ao mesmo momento histórico, que incide sobre os sujeitos humilhados e produz um sentimento comum a esta população, relacionado a sua condição política e psíquica.

O grupo populacional analisado caracteriza-se pela situação de exclusão social. Deste modo, o estudo pretende revelar aspectos comuns na experiência de mulheres em situação de rua. Conforme destacam Hino, Santos e Rosa (2018), a situação de moradia

compromete a identidade, a segurança, o bem-estar físico e emocional, o sentimento de pertencimento da população de rua.

A partir dos Princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009), a presente pesquisa investiga sobre as mulheres em situação de rua, colocando em discussão as políticas públicas existentes. Junto a isto, os conceitos de sofrimento ético-político e humilhação social serviram como guia para compreender o impacto sobre a subjetividade.

3. METODOLOGIA

A metodologia da presente pesquisa estrutura-se por meio de abordagem qualitativa, tendo em vista o objetivo do estudo, que se propõe a investigar sobre a vivência de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo.

De acordo com Balieiro, Soares e Vieira (2018), “a análise de qualquer fenômeno social exige a necessidade de compreender os sujeitos que o vivenciam” (BALIEIRO, SOARES, VIEIRA, 2018, p. 335). Em vista disso, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram desenhados, a fim de apreender informações sobre a vivência da situação de rua, a partir do discurso de mulheres submetidas a esta experiência.

Assim sendo, a realização da pesquisa em modalidade qualitativa se justifica, pois possibilita o levantamento de dados descritivos, capazes de reconhecer aspectos simbólicos relacionados a subjetividade e intersubjetividade nas relações. De acordo com Minayo (2009), a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão de dados não mensuráveis quantitativamente, como a significação de conteúdos subjetivos.

Como instrumento de coleta de dados, a pesquisa utilizou-se da aplicação de grupo focal em mulheres em situação de rua que residiam temporariamente em um Centro de Acolhimento para Mulheres em Situação de Rua no município de São Paulo.

A cidade de São Paulo dispõe de 25 Centros de Acolhimento para Mulheres em Situação de Rua que oferecem acolhimento provisório para mulheres a partir dos 18 anos. Dentre eles, 16 são mistos e 9 são exclusivos para mulheres com ou sem filhos. A coleta de dados do presente estudo foi realizada em um centro de acolhimento destinado exclusivamente à população de mulheres.

A instituição selecionada como campo de pesquisa tem a capacidade máxima de acolher 80 pessoas, entre mulheres e filhos, como moradores fixos que podem residir na instituição pelo tempo máximo de dois anos. Além disso, durante a estação de inverno, o centro oferece 90 vagas diárias na modalidade de pernoite.

A coleta de dados aconteceu por meio da realização de três grupos focais, ocorridos em dias diferentes, com intervalo de uma semana entre eles. Somadas as participantes dos três encontros, a pesquisa colheu o relato de 23 mulheres, a partir da questão “O que é ser mulher?”, apresentada no início de cada grupo, conforme se recomenda a aplicação de grupo focal.

Os encontros tiveram a duração aproximada de 60 minutos, e o conteúdo foi registrado por meio de gravação de áudio e, posteriormente, transcrito para elaboração de análise.

Para a interpretação dos dados, utilizamo-nos da técnica de Análise de Conteúdo (AC), descrita por Bardin (1977), que se define por um sistema que pretende descrever, categorizar e codificar as unidades presentes no discurso de cada participante. A AC se divide em três fases. A primeira é a pré-análise: nela, se realiza a leitura flutuante, a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e dos objetivos, a referenciação dos índices e dos indicadores e a preparação do material. A segunda fase é a exploração do material: é o momento em que se codificam os discursos de acordo com as regras estabelecidas. Por último, o tratamento dos resultados: é o momento em que os dados recolhidos são relacionados aos referenciais teóricos, o que leva à conclusão que possibilita os avanços na pesquisa.

A partir disso, o estudo encontrou três categorias temáticas recorrentes nos discursos das participantes da pesquisa. O conteúdo das categorias foi analisado à luz do referencial teórico adotado no estudo e das diretrizes nacionais de atenção à população de rua.

A pesquisa cumpriu as questões éticas e submeteu-se, através da Plataforma Brasil, à análise e à aprovação do Comitê de Ética. As participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido redigido especificamente para esta pesquisa. O TCLE garante o sigilo e a segurança das mulheres que participaram dos encontros; buscando amenizar qualquer tipo de prejuízo que eventualmente possa acontecer, por se tratar de uma população vulnerável.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O grupo das 23 participantes da pesquisa era composto por mulheres em situação de rua com ou sem filhos. Em relação ao tempo de permanência na rua, observamos variação entre um mês e quatro anos nas falas das participantes que forneceram espontaneamente esta informação.

A análise das informações coletadas aponta para os conflitos familiares como principal fator desencadeante a situação de rua. Vale destacar que os conflitos nas relações conjugais preponderaram em nossa amostra.

Em relação ao local de origem, registramos mulheres pertencentes a municípios de São Paulo, como Embu-Guaçu, Atibaia e Guarulhos e de outros Estados como Rio de Janeiro, Pernambuco e Salvador. Além desses locais, houve participação de uma imigrante da República Dominicana e uma indígena proveniente de uma tribo sobre a qual não identificamos a localização.

Por meio da interpretação do conteúdo coletado, o estudo pode reconhecer três categorias temáticas recorrentes no discurso das mulheres participantes. São estas: filhos; discriminação; dificuldades enfrentadas na instituição.

4.1 Filhos

Essa categoria foi observada nos casos de mulheres que estavam acolhidas em companhia de seu(s) filho(s).

Uma informação que apareceu em relação a este tema foi a dificuldade de encontrar instituições e serviços com estrutura para receberem mães com filhos. Além disso, houve relatos nos quais os filhos sofreram discriminação na escola e em lugares públicos por serem “albergados” (sic). Surgiram, também, falas sobre preocupação com o desenvolvimento dos filhos, incluindo o acesso a direitos, como brincadeiras e alimentação adequada. Outro dado relevante evidenciado nos discursos refere-se ao relato dos efeitos da vivência em instituição de acolhimento sobre a subjetividade dos filhos: há um descontentamento em relação a alguns aspectos da instituição, como a falta de espaço para brincar; o funcionamento: não ter atividades direcionadas às crianças; a estrutura da rotina e horários não serem flexíveis. Sobre este aspecto, destacamos a fala da participante 19, que descreve: “*É complicado para todos, mas para criança é pior que tudo... A brincadeira, a comer, tudo! Tudo es diferente!*” (P19).

Assim sendo, pode-se constatar o relato de efeitos negativos da institucionalização sobre o desenvolvimento dos filhos em algumas das mulheres entrevistadas. Estudos encontrados em relação a crianças institucionalizadas apontam a importância de atividades que promovam socialização e um bom desenvolvimento da afetividade e cognição (BRONFENBRENNER apud SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2006).

4.2 Discriminação

Nesta categoria, a discriminação por gênero foi a mais evidente: as participantes relataram que, em situação de rua, não há segurança para as mulheres dormirem, se não acompanhadas de alguém. De acordo com a participante 4: *“a mulher só tá segurada na rua se um deles garantir que ninguém vai mexer. Porque se um falar, todos acata, entendeu?”* (P4). Além disso, as participantes relatam que os homens não se responsabilizam pelo cuidado dos filhos e, portanto, dificilmente enfrentam esta dificuldade em situação de rua para conseguirem vaga em abrigos ou empregos. Segundo a participante 4: *“Porque o homem não tem a preocupação de arrastar os filhos com ele! Já a mulher tem a preocupação de arrastar e ainda tomar cuidado com os outros pra não fazer... Então, fica tudo ali, na mulher!”* (P4).

Biscotto et al. (2016) citam, em sua pesquisa, um estudo realizado no Canadá (McDonald, 2014) sobre mulheres em condição de rua e, em ambos os estudos, o medo da violência sexual por serem mulheres aparece; assim como no relato das participantes da presente pesquisa. Além disso, a procura pelo Centro de Acolhida tem este como um dos principais motivos.

Ademais, observamos a ocorrência de discriminação vivida pelas participantes, em relatos de situações de xenofobia, vivência de hostilidade em relação à maternidade, separação litigiosa e, ainda, na narrativa de falas e discursos cotidianos, de cunho preconceituoso, direcionados a esta população. Destacamos, como exemplo, a fala da participante 18:

“Não, de modo geral. Teve um dia que eu cheguei no banco e aí tinha várias moças conversando e com o celular na mão, né? E aí uma virou pra mim e disse: “olha gente, essa moça aí estuda, viu? Apesar dela morar em albergue, ela estuda!” Aí todo mundo guardou o celular, e ai meu deus!” (P18).

Além deste trecho, vale destacar o relato da participante 20 sobre a experiência de discriminação vivida cotidianamente dentro de um estabelecimento: *“E mercado? Se eu entrar aqui (sinalizando um estabelecimento), eles vão me seguir, os segurança!”* (P20).

A discriminação traz sofrimento, vergonha e humilhação, o que interfere no desenvolvimento da autoestima e, com isso, muitas vezes a vontade de se esconder e o desânimo em procurar atividades que as satisfazem. Essas sensações alimentam o ciclo da marginalização e a falta de oportunidades para o recomeço de uma vida autônoma (ZAVALETA apud MOURA Jr., XIMENES e SARRIERA, 2013).

Pode-se evidenciar aqui os conceitos de Sawaia (1995) e Moura (1998) citados anteriormente: sofrimento ético-político e humilhação social, respectivamente. Claramente, a angústia trazida por elas nesses relatos é proveniente da humilhação social à qual estão submetidas em diversas situações corriqueiras. As questões sociais dessas mulheres determinam a convivência delas nos lugares públicos, e a dificuldade da garantia de direitos causada por essa discriminação traz o sofrimento ético-político.

4.3 Dificuldades enfrentadas dentro da instituição

Com relação às dificuldades enfrentadas dentro da instituição, as participantes descreveram situações em que há falta de suprimentos de higiene (como fraldas, absorventes, sabonetes e creme depilatório), falta de atividades que promovam a autonomia e o exercício da cidadania, falta de organização e despreparo dos profissionais.

A escassez de material de higiene pessoal descrita pelas participantes é um dado relevante evidenciado pelo estudo. Podemos observar que, mesmo em situação de acolhimento institucional, as participantes não têm garantidos itens básicos de higiene pessoal, ainda que o direito ao acesso a serviços de qualidade esteja garantido pela Política Nacional de Assistência Social:

III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade. (BRASIL, 2005, p. 32).

Em relação ao funcionamento institucional dos centros de acolhimento, pudemos observar que, de acordo com as participantes, estes serviços não cumprem com o objetivo de inclusão social, servido, exclusivamente, como local de residência provisória.

Os Centros de Acolhimento são caracterizados como serviços de proteção social de alta complexidade e, portanto, devem garantir a proteção integral dos indivíduos em relação a “moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2004). Assim sendo, cabe ao CA possibilitar e proporcionar, além da moradia, o estabelecimento de vínculos e de condições para a busca da autonomia.

De acordo com as participantes, não há nos CAs práticas que promovam a autonomia ou reestabelecimento de vínculos familiares. As atividades na instituição

direcionam-se apenas à manutenção da limpeza e rotina institucional. Isto posto, pode-se observar que o funcionamento institucional contribui para a perpetuação da situação de rua, na medida em que não oferece condições ou estratégias de superação.

Desta forma, podemos dizer que a instituição desenvolve práticas para atender a situação de falta de moradia, servindo exclusivamente como local de abrigo, na medida em que não desenvolve ações sobre sua causa. Além disso, o estudo encontrou relatos sobre a dificuldade no diálogo entre as acolhidas e a equipe de profissionais do serviço. Segundo algumas das participantes, suas opiniões e seus desejos são pouco considerados pelos membros da equipe técnica no planejamento de seus projetos de vida. Vale destacar que esta ocorrência pode significar o estabelecimento da relação profissionais-usuárias sob a lógica da estratificação do saber, muito comum em instituições de modelo asilar (COSTA-ROSA, 2000).

Ademais, a maioria das mulheres relatou a dificuldade no acesso às políticas públicas antes e durante a situação de acolhimento. Junto a isso, foi ressaltada a criação de novos círculos de amizade que servem como apoio emocional; elas se utilizam dessa estratégia para amenizar os prejuízos emocionais.

A partir da análise dos relatos das participantes, pôde-se perceber que as que tiveram, em algum momento da vida, um vínculo familiar estabelecido têm mais facilidade de se relacionar e estabelecer novos vínculos com as demais mulheres do CA. As que, por motivos diversos, não tiveram muito apoio ou contato com familiares se envolvem em conflitos mais facilmente e relatam não ter confiança nas outras usuárias do serviço. Na fala destas mulheres, nota-se também o sentimento de não pertencimento (SARASON apud ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015).

Em relação à falta de organização e despreparo dos profissionais, as participantes descrevem situações de morosidade nos processos, devido à grande rotatividade das profissionais, ausência de trabalho em equipe e excesso de procedimentos burocráticos. De acordo com as informações coletadas, em vista disso, as mulheres têm prejuízo ao acesso à saúde e oportunidades de emprego.

A partir do exposto, a pesquisa conclui ser urgente e fundamental tomar a população de mulheres em situação de rua, assim como os serviços que lhes oferece assistência, como objeto de estudo e intervenção. A pesquisa acadêmica neste campo representa um importante instrumento para subsidiar o desenvolvimento de práticas de garantia de direitos, em concordância às diretrizes nacionais da Política para a População em Situação de Rua.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo investigar sobre a experiência da situação de rua vivida por mulheres no município de São Paulo. Para a coleta de informações, utilizamos da realização de Grupos Focais com mulheres que, no momento da pesquisa, residiam em um Centro de Acolhimento.

A partir da análise dos dados, o estudo encontrou a exposição a situações de discriminação e falta de acesso a serviços de qualidade, como principais dificuldades vividas pelas participantes, que contribuem para a permanência da situação de rua. Além disso, como estratégia de superação, as mulheres demonstram procurar por círculos de amizades e estabelecimento de novos vínculos com pessoas na mesma situação.

Para concluir, o estudo demonstra que a assistência para a população de mulheres em situação de rua depende, para atender às suas reais necessidades, da articulação intersetorial entre serviços. Assim sendo, se faz necessária a construção de novas práticas que atuem neste sentido. A atuação de psicólogo neste campo parece-nos fundamental, na medida em que pode contribuir com o desenvolvimento de potencialidades, resgate e fortalecimento de vínculos e para a construção de projetos de vida que viabilizem o processo de saída da situação de rua.

6. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Stefania Carneiro et al. Pessoas em Situação da Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. **Revista Colombiana de Psicologia**. Universidade de Girona, Colômbia, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan.-jun. 2015. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113687>>. Acesso em 04 jul. 2019.

BALIEIRO, Elucleia Oliveira; SOARES, Carla Patrícia Dias; VIEIRA, Eliana de Araújo. Morador de Rua: Causas, Entraves e Serviços Ofertados. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BISCOTTO, Priscilla Ribeiro et al. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 749-755, out. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342016000500749&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em 23 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua; 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde da população de rua: um direito humano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

COSTA-ROSA, Abílio. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P., org. **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Loucura & Civilização collection, pp. 141-168. ISBN 978-85-7541-319-7. Disponível em SciELO Books .

FRANGELLA, Simone Miziara. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp; 2009.

GONCALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo , v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15. Jul 2019.

HINO, Paula; SANTOS, Jaqueline de Oliveira; ROSA, Anderson da Silva. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 71, p. 732-740, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora VOZES, 2009, p. 9-29. ISBN 978-85-326-1145-1.

MOURA Jr, James F.; XIMENES, Verônica M.; SARRIERA, Jorge C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**. Fortaleza, v. 22, n. 2, p. 18-28, 2013. Disponível em <<https://auroradechile.uchile.cl/index.php/RDP/article/view/30850/32789>>. Acesso em 05 jul. 2019.

PAIVA, Irismar Karla Sarmiento et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio Grande do Norte, v. 21, n. 8, p. 2595-2606, 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Centros de Acolhida para Mulheres. São Paulo, 2013. Disponível em <<http://www.capital.sp.gov.br/cidadao/familia-e-assistencia-social/centros-de-acolhida/centros-de-acolhida-especial/centro-de-acolhida-para-mulheres-em-situacao-de-rua>>. Acesso em 03 jul. 2019.

ROSA, Anderson da Silva; BRETAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275-285, jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000200275&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 4 jul. 2019.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**. UFSC, Santa Catarina, Brasil, v. 38, p. 662-679, 2018.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, Apr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 jul. 2019.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.1, p.56-69, 2004.

Contatos: natashafischer@gmail.com e flavia.blikstein@gmail.com